Sumário

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS 7

PRESENTAZIONE – CARLO ENRICO PALIERO 9

APRESENTAÇÃO – DR. NEFI CORDEIRO 11

NOTA DO AUTOR 17

INTRODUÇÃO 25

CAPÍTULO 1

UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA
DOS *MASS MEDIA* CONSUBSTANCIADA
NA FILOSOFIA DA LINGUAGEM

1.1 A linguagem como experiência do mundo e como construção da realidade social. Duplo sentido no simbolismo discursivo midiático 45

1.2 A retórica como instrumento do discurso linguístico dos meios de comunicação em massa para a delimitação do horizonte hermenêutico ontológico 52

1.3 O nível *perlocucionário* do discurso dos meios de comunicação em massa 57

1.4 O código binário linguístico – Sentido ou função dos meios de comunicação – *Informar/não informar – Verdade/falsidade* 66

1.5 Evolução dos estudos sobre a influência dos meios de comunicação em massa. 71

1.6 Formas ideológicas de se reportar aos meios de comunicação em massa 81

1.7 Os meios de comunicação e sua relação com a opinião pública – *Função catalisadora* 88

1.8 O problema da seletividade no discurso midiático – Relação entre a modernidade tardia e a crescente suscetibilidade da sociedade em relação ao delito 99

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DA INTERRELAÇÃO
DO SUBSISTEMA MIDIÁTICO E DO SUBSISTEMA
DO DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL
– UMA ABORDAGEM CRÍTICA

2.1 A comunicação em massa como instrumento de afirmação da teoria funcionalista-consequencial do direito penal e processual penal 120

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.2 O etiquetamento midiático como meio de difusão e legitimação do *direito penal do inimigo* 129
2.3 A relação intersistêmica entre o subsistema *mass media* e o subsistema penal e processual penal – Ingerência pragmática 148

CAPÍTULO 3

A LIBERDADE DE INFORMAÇÃO
E A IMPARCIALIDADE DO JUIZ

3.1 A liberdade de informação e comunicação. Direito individual ou social 182
3.2 A publicização do processo penal – Mídia e audiência 186
3.2.1 Publicidade imediata e publicidade mediata 190
3.2.2 Publicidade mediata e os eventuais prejuízos ao acusado e à decisão no processo penal – A imparcialidade do juiz e dos jurados diante dos denominados *julgamentos paralelos* 195
3.3 Juízes assépticos, juízes eunucos – Utopia impossível diante da teoria normativa prática e da motivação da decisão – Uma questão de interpretação 215
3.4 Seria o controle da liberdade de imprensa uma solução legítima para a garantia de um processo justo e *équo*? 224
3.5 Densificação do princípio da imparcialidade do juiz como fundamento constitucional para a contenção dos efeitos negativos da liberdade de imprensa 236

CAPÍTULO 4

UMA PROPOSTA OBJETIVA
PARA A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DA INFLUÊNCIA
DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM MASSA
NA DECISÃO JUDICIAL

4.1 A "verdade" como ponto de problematização entre os subsistemas midiático e processual penal 243
4.2 Constituição epistemológica da "verdade" – Relação sujeito e objeto 251
4.3 Sentença penal – *Verdade absoluta ou verdade contingencial* 257
4.4 A composição ideológica da ordem jurídica como entrave à "verdade absoluta" 261
4.5 A "verdade" processual e a "verdade" midiática – Mito ou realidade – Ponto de intersecção – *A prova* 267
4.6 Confronto – Princípio constitucional de liberdade de expressão e informação e princípio constitucional do contraditório na prova. Prova sob sigilo. *Uma questão de regra jurídica ou uma questão de princípios* 277
4.7 Uma proposta concreta para a solução do moderno dilema – *Liberdade de expressão e um processo jurisdicional justo e com todas as garantias* 295

BIBLIOGRAFIA 357

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br